

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 05 DE JUNHO DE 2023

(SESSÃO HÍBRIDA, REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL E POR VIDEOCONFERÊNCIA, E TRANSMITIDA PELO CANAL DO TRE/GO NO YOUTUBE)

PRESIDENTE - DESEMBARGADOR ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às 17:16, reuniuse, presencialmente e por meio de sistema de videoconferência, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, sob a PRESIDÊNCIA do EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ITANEY FRANCISCO CAMPOS. Presentes no Plenário, Auditório Desembargador Geraldo Salvador de Moura, na sede do Tribunal Regional EXCELENTÍSSIMO Eleitoral de Goiás, PRESIDENTE, SENHOR DESEMBARGADOR ITANEY FRANCISCO CAMPOS, e os EXCELENTÍSSIMOS SENHORES JUÍZES JULIANO TAVEIRA BERNARDES, MÔNICA CEZAR MORENO SENHORELO, ANA CLÁUDIA VELOSO MAGALHÃES e ADENIR TEIXEIRA PERES JÚNIOR, bem como o EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ MEMBRO SUBSTITUTO LAUDO NATEL MATEUS. Presente, por meio de EXCELENTÍSSIMA videoconferência. SENHORA DESEMBARGADORA a AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO, VICE-PRESIDENTE E CORREGEDORA REGIONAL ELEITORAL. Presente em Plenário o EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, CÉLIO VIEIRA DA SILVA. Ausente, justificadamente, o EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ MÁRCIO ANTÔNIO DE SOUSA MORAES JÚNIOR. Havendo número legal, o Presidente da Corte, DESEMBARGADOR ITANEY FRANCISCO CAMPOS, declarou iniciada a 42ª (quadragésima segunda) Sessão Ordinária, de 05 de junho de 2023.

Após registrar as presenças acima descritas, o Presidente, Desembargador Itaney Francisco Campos, cientificou a Corte de que havia participado no dia 1º de junho de 2023, em Brasília/DF, representando o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, de uma reunião com a Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministra Rosa Weber. Na reunião, a Excelentíssima Senhora Ministra Rosa Weber comentou sobre as metas do CNJ, pedindo o engajamento de todos para seu cumprimento.

A sessão de julgamento deste Regional realizada no mesmo dia foi presidida pela Desembargadora Amélia Martins de Araújo, Vice-Presidente e Corregedora, e, por isso, o Desembargador Itaney Francisco Campos agradeceu pela disponibilidade de Sua Excelência.

Em seguida, o Presidente da Corte deu boas-vindas aos acadêmicos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, onde também foi aluno. Com muita satisfação, registrou a visita do grupo, desejando-lhe êxito em suas atividades acadêmicas e estudantis, dizendo que é assim que se prepara o futuro: através do estudo. E que, quem sabe, alguns deles estarão ali também, mais à frente, compondo o colegiado de julgamentos. Informou que a presença dos acadêmicos é uma iniciativa da Escola Judiciária Eleitoral de Goiás, cujo Diretor é o Juiz Membro Adenir Teixeira Peres Júnior. Por fim, agradeceu a visita dos estudantes, reiterando-lhes votos de muito êxito, saúde, alegria e harmonia em suas vidas.

Após, o Presidente da Corte submeteu à aprovação do Colegiado a Ata da 39ª Sessão Ordinária, realizada em 29 de maio de 2023. Frisou que o arquivo da referida ata já havia sido encaminhado aos Gabinetes dos Juízes Membros e da Vice-Presidência e Corregedoria. O Tribunal Pleno, por unanimidade, aprovou a Ata da 39ª Sessão Ordinária, realizada em 29 de maio de 2023.

Então, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente informou que havia pedido de preferência para julgamento do 1º processo da pauta, os Embargos de Declaração no Recurso Eleitoral nº 0600725-85.2020.6.09.0128, pelo Doutor Wandir Allan de Oliveira. E os julgamentos seguiram a ordem adiante disposta.

JULGAMENTOS

PROCESSOS DA PAUTA DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe:

1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0600725-85.2020.6.09.0128

ORIGEM: TURVELÂNDIA - GO

RELATORA: DESEMBARGADORA AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO

EMBARGANTE: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB

ADVOGADOS: ANNE CAROLINE FERREIRA PEIXOTO MARRA

OAB/GO 43758

FELIPE CARDOSO ARAUJO NEIVA - OAB/GO 45740

EMBARGANTE: ELEICAO 2020 SIRON QUEIROZ DOS SANTOS PREFEITO

ADVOGADO: DANILO SANTOS DE FREITAS - OAB/GO 13800

DANÚBIO CARDOSO REMY - OAB/GO 24919

EMBARGANTE: ELEICAO 2020 MARLOS SOUZA BORGES VICE-PREFEITO

ADVOGADOS: DANÚBIO CARDOSO REMY - OAB/GO 24919

JOAO PAULO PROTASIO MUSSE - OAB/GO 38639

EMBARGADA: ELEICAO 2020 JOSE RAIMUNDO BARBOZA PREFEITO

ADVOGADOS: DIOGO ALVES SARDINHA DA COSTA - OAB/GO 37577

JOSE RAIMUNDO BARBOSA JUNIOR - OAB/GO 35414

EMBARGADA: ELEICAO 2020 JERONIMO PIMENTA NEVES NETO VICE-PREFEITO

ADVOGADOS: DIOGO ALVES SARDINHA DA COSTA - OAB/GO 37577

JOSE RAIMUNDO BARBOSA JUNIOR - OAB/GO 35414 WANDIR ALLAN DE OLIVEIRA - OAB/GO 27673

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, acolhendo o parecer ministerial, em CONHECER e REJEITAR os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, determinando-se o cumprimento imediato do acórdão embargado, nos termos do voto da Relatora, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL Nº 0601091-36.2020.6.09.0028

ORIGEM: ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS – GO

RELATORA: JUÍZA ANA CLÁUDIA VELOSO MAGALHÃES

TERCEIRO INTERESSADO: ROGEMBERG DA SILVA BARBOSA ADVOGADOS: ANDRE RICARDO NETO NASCIMENTO - OAB/DF 46472

CAROLINE MARIA VIEIRA LACERDA - OAB/DF 42238

ELAINE GUIMARAES DA SILVA PEIXOTO - OAB/GO 26871

LEANDRO SILVA - OAB/DF 61776

TANNISE FERREIRA MOURA RABELO - OAB/DF 71853

EMBARGADA: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, acolhendo o parecer ministerial, em CONHECER e REJEITAR os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, determinando-se o cumprimento imediato do acórdão embargado, nos termos do voto da Relatora, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

3. RECURSO ELEITORAL Nº 0601201-84.2020.6.09.0044

ORIGEM: PLANALTINA - GO

RELATORA: DESEMBARGADORA AMÉLIA MARTINS DE ARAÚJO

RECORRENTE: AIRTON FRANCISCO DO NASCIMENTO ADVOGADO: TATIANA BASSO PARREIRA - OAB/GO 38154

RECORRIDA: ANTONIA ZENILDA SABOIA RODRIGUES ADVOGADOS: BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA -

OAB/GO 33670

JARMISSON GONCALVES DE LIMA - OAB/DF 16435

PAULO HENRIQUE GONCALVES DA COSTA SANTOS - OAB/DF 61528

ROBERTO LARA DA ROCHA - OAB/DF 33670

RECORRIDOS: CARLOS LOPES RIBEIRO

DANIELLE BEZERRA DA SILVA LIMA

DENIS TADEU LEITE FRANCO

JOAO LUIZ ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR

JUVENIR DE AGUIAR MANSO

ADVOGADOS: BRUNO AURELIO RODRIGUES DA SILVA PENA - OAB/GO 33670

JARMISSON GONCALVES DE LIMA - OAB/DF 16435

PAULO HENRIQUE GONCALVES DA COSTA SANTOS - OAB/DF 61528

ROBERTO LARA DA ROCHA - OAB/DF 33670

RECORRIDO: EXECUTIVA MUNICIPAL DO PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL – PROS

ADVOGADOS: JARMISSON GONCALVES DE LIMA - OAB/DF 16435

PAULO HENRIQUE GONCALVES DA COSTA SANTOS - OAB/DF 61528

DECISÃO: Na sessão do dia 4/5/2023, o Doutor Bruno Aurélio Rodrigues da Silva Pena dispensou a oportunidade de fazer sustentação oral em nome da recorrida Executiva Municipal do Partido Republicano da Ordem Social – PROS, em face da informação da Relatora, Desembargadora Amélia Martins de Araújo, no sentido de que acolheria o parecer ministerial e negaria provimento ao recurso eleitoral. O Procurador Regional Eleitoral substituto, Doutor Daniel César Azeredo Avelino, reiterou o parecer escrito pelo conhecimento e desprovimento do recurso eleitoral. O julgamento foi suspenso em face do pedido de vista do Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, após voto da Relatora no sentido de acolher a manifestação ministerial de cúpula, conhecer do recurso eleitoral interposto por Airton Francisco do Nascimento, rejeitar a preliminar de nulidade da sentença por ausência de fundamentação, e, no mérito, negar-lhe

provimento, mantendo incólume a sentença de primeira instância. Os Juízes Juliano Taveira Bernardes e Mônica Cezar Moreno Senhorelo aguardam a vista dos autos. O Juiz William Costa Mello acompanhou o voto da Relatora. O Juiz Adenir Teixeira Peres Júnior e o Presidente da Corte, Desembargador Itanev Francisco Campos, aguardam a vista dos autos. Na sessão do dia 8/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Iúnior. Na sessão do dia 11/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 15/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 22/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 25/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, que se encontra afastado de suas funções, justificadamente, no período de 23 de maio a 6 de junho de 2023. Na sessão do dia 29/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, que se encontra ausente, 31/5/2023, o justificadamente. Na sessão do dia continuou suspenso com vista dos autos ao Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, que se encontra ausente, justificadamente. Na sessão do dia 1º/6/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, que se encontra ausente, justificadamente. Na sessão do dia 5/6/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, que se encontra ausente, justificadamente.

4. REPRESENTAÇÃO ESPECIAL Nº 0603833-50.2022.6.09.0000 ORIGEM: CIDADE OCIDENTAL – GO

RELATORA: JUÍZA MÔNICA CEZAR MORENO SENHORELO

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

REPRESENTADO: FABIO CORREA DE OLIVEIRA

ADVOGADOS: DYOGO CROSARA - OAB/GO 23523

LAURA FERREIRA ALVES DE CARVALHO - OAB/GO 34601

DECISÃO: Na sessão do dia 26/4/2023, do turno vespertino, o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Célio Vieira da Silva, manifestou-se oralmente pela procedência do pedido deduzido na inicial, com a condenação do representado, em razão da prática de publicidade institucional em período vedado, à sanção de multa, a ser fixada acima do mínimo legal. O Doutor Dyogo Crosara fez sustentação oral em nome do representado Fábio Correa de Oliveira. O julgamento foi suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, após voto da Relatora, Juíza Mônica Cezar Moreno

Senhorelo, no sentido de julgar procedente os pedidos formulados na Representação Eleitoral, para condenar o Representado Fábio Correa de Oliveira à sanção de multa pela veiculação de propaganda institucional em período vedado, fixada em 15 (quinze) mil UFIRS, com fulcro no artigo 73, VI, "b" e § 4°, da Lei nº 9.504/97. O Juiz Adenir Teixeira Peres Júnior, a Desembargadora Amélia Martins de Araújo, os Juízes Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior e Juliano Taveira Bernardes e o Presidente da Corte, Desembargador Itanev Francisco Campos, aguardam o pedido de vista. Na sessão do dia 27/4/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 4/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, que se encontra ausente justificadamente. Na sessão do dia 8/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, que se encontra ausente justificadamente. Na sessão do dia 11/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, que se encontra ausente justificadamente. Na sessão do dia 15/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 22/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 25/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 29/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, haja vista a necessidade de quorum especial para julgamento e em face da ausência justificada do Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, que é Juiz Certo. Na sessão do dia 31/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, haja vista a necessidade de quorum especial para julgamento e em face da ausência justificada do Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, que é Juiz Certo. Na sessão do dia 1º/6/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, haja vista a necessidade de quorum especial para julgamento e em face da ausência justificada do Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, que é Juiz Certo. Na sessão do dia 5/6/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, haja vista a necessidade de quorum especial para julgamento e em face da ausência justificada do Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, que é Juiz Certo.

5. RECURSO CRIMINAL ELEITORAL N° 0000029-87.2014.6.09.0038

ORIGEM: GOIATUBA - GO

RELATORA: JUÍZA ANA CLÁUDIA VELOSO MAGALHÃES

REVISOR: JUIZ ADENIR TEIXEIRA PERES JÚNIOR

RECORRENTE: WESLEY HENRIQUE DE OLIVEIRA MARTINS ADVOGADO: RAQUEL RIBEIRO DE MEDEIROS BALDINI -OAB/GO 18777

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

DECISÃO: Na sessão do dia 15/5/2023, o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Célio Vieira da Silva, reiterou o parecer escrito, pugnando oralmente pelo conhecimento e desprovimento do recurso criminal eleitoral. Inicialmente, a Relatora, Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, proferiu voto no sentido de conhecer do recurso criminal eleitoral e negar-lhe provimento, ressaltando que a sanção pecuniária deve ter o valor atualizado por ocasião da execução penal. O Revisor, Juiz Adenir Teixeira Peres Júnior, proferiu voto divergente no sentido de ratificar apenas a condenação por infração ao artigo 289 do Código Eleitoral. Após, o julgamento foi suspenso com vista dos autos à Relatora, Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. O Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral substituto, Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga, e os Juízes Membros Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, Juliano Taveira Bernardes e Mônica Cezar Moreno Senhorelo aguardam a vista dos autos. Na sessão do dia 22/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Relatora, Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 25/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Relatora, Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 29/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Relatora, Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 31/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Relatora, Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 1º/6/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Relatora, Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, e deverá ser julgado na data de 12 de junho de 2023, ou seja, na primeira sessão após o encerramento do afastamento do Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, e para a qual foi convocado, também, o Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga. Na sessão do dia 5/6/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Relatora, Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, e deverá ser julgado na data de 12 de junho de 2023, ou seja, na primeira sessão após o encerramento do afastamento do Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior, e para a qual foi convocado, também, o Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga.

6. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0602172-36.2022.6.09.0000

ORIGEM: GOIÂNIA - GO

RELATOR: JUIZ JULIANO TAVEIRA BERNARDES

REQUERENTES: ANA LUCIA DE SOUSA E SILVA

ELEICAO 2022 ANA LUCIA DE SOUSA E SILVA DEPUTADO ESTADUAL

ADVOGADOS: ADRIANO FABIO DE CARVALHO - OAB/GO 0027105

PAULO HENRIQUE DA SILVA - OAB/GO 27203

DECISÃO: Na sessão do dia 17/4/2023, o Procurador Regional Eleitoral, Doutor Célio Vieira da Silva, reiterou o parecer escrito pela desaprovação das contas, com determinação do recolhiment o de R\$25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) ao Tesouro Nacional. O Relator, Juiz Juliano Taveira Bernardes, proferiu voto no sentido de aprovar as contas com ressalvas afastando a necessidade de devolução de recursos ao Tesouro Nacional. A Juíza Mônica Cezar Moreno Senhorelo acompanhou o voto do Relator. O julgamento foi suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. A Desembargadora Amélia Martins de Araújo acompanhou o voto do Relator. Os Juízes Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior e Adenir Teixeira Peres Júnior aguardam a vista dos autos. Na sessão do dia 19/4/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 20/4/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 24/4/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 26/4/2023, do turno matutino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 26/4/2023, do turno vespertino, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 27/4/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 4/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, que se encontra ausente justificadamente. Na sessão do dia 8/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, que se encontra ausente justificadamente. Na sessão do dia 11/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães, que se encontra ausente justificadamente. Na sessão do dia 15/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 22/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos à Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães. Na sessão do dia 25/5/2023, o julgamento foi suspenso com vista dos autos ao Relator, Juiz Juliano Taveira Bernardes, após voto divergente da Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães no sentido de acolher o parecer da unidade técnica e reconhecer o descumprimento do disposto no artigo 53, inciso I, alínea g, da Resolução TSE nº 23.607/2019, que dispõe acerca da obrigatoriedade de lançamento de todas as despesas de campanha na prestação de contas, determinando o recolhimento ao Tesouro Nacional do valor de R\$25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais), visto ou se tratarem de recursos de origem não identificada ou oriundos de fonte vedada, e, tendo em vista que tal montante corresponde a 17,64% (dezessete vírgula sessenta e quatro por cento) do valor movimentado na campanha, entendeu também se tratar de caso de desaprovação das contas, sendo que nas demais conclusões, acompanhou o voto do Relator. O Juiz Adenir Teixeira Peres Júnior aguarda a vista dos autos. Registre-se que se encontrava ausente, justificadamente, o Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Na sessão do dia 29/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Relator, Juiz Juliano Taveira Bernardes. Na sessão do dia 31/5/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Relator, Juiz Juliano Taveira Bernardes. Na sessão do dia 1º/6/2023, o julgamento continuou suspenso com vista dos autos ao Relator, Juiz Juliano Taveira Bernardes. Na sessão do dia 5/6/2023, o Relator, Juiz Juliano Taveira Bernardes, apresentou adendo ao voto proferido no sentido de manter o dispositivo original pela aprovação das contas com ressalvas, sem restituição de valores ao Tesouro Nacional. O Presidente, então, ouviu novamente a Juíza Monica Cezar Moreno Senhorelo, que refluiu e acompanhou o voto divergente proferido pela Juíza Ana Cláudia Veloso Magalhães no sentido de acolher o parecer técnico, julgar desaprovadas as contas e determinar o recolhimento de valores ao Tesouro Nacional. Por sua vez, o Juiz Adenir Teixeira Peres Júnior acompanhou o voto do Relator. O julgamento foi suspenso com vista dos autos a Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral, Desembargadora Amélia **Martins** de Araúio. justificadamente, o Juiz Márcio Antonio de Sousa Moraes Júnior.

7. RECURSO CRIMINAL Nº 0600083-79.2021.6.09.0063

ORIGEM: FIRMINÓPOLIS - GO

RELATOR: JUIZ LAUDO NATEL MATEUS

REVISOR: JUIZ JULIANO TAVEIRA BERNARDES

RECORRENTE: EDNILSO JOSÉ MACIEL

ADVOGADOS: JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA – OAB/GO

37823

THOBIAS RODRIGUES PEREIRA DA SILVA – OAB/GO 35416

RECORRENTE: WILLIASMAR ALVES SANTOS

ADVOGADOS: GRACIELY MATIAS MACEDO – OAB/GO 44773

ISMAR RODRIGUES – OAB/GO 47889

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

SUSTENTAÇÃO ORAL: O Procurador Regional Eleitoral, Doutor Célio Vieira da Silva, reiterou o parecer escrito pelo conhecimento e desprovimento dos recursos criminais eleitorais.

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, acolhendo o parecer ministerial, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO aos RECURSOS CRIMINAIS ELEITORAIS, nos termos do voto do Relator

8. AGRAVO INTERNO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0602178-43.2022.6.09.0000

ORIGEM: GOIÂNIA – GO

RELATOR: JUIZ JULIANO TAVEIRA BERNARDES

AGRAVANTE: PATRÍCIA MORTARI DE ALENCAR (ELEIÇÃO 2022 – DEPUTADO FEDERAL)

ADVOGADO: THIAGO MONTELO DE SOUSA – OAB/GO 34662

DECISÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL: O Procurador Regional

Eleitoral, Doutor Célio Vieira da Silva, reiterou o parecer escrito pelo conhecimento e desprovimento do agravo interno.

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, acolhendo o parecer ministerial, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao AGRAVO INTERNO, para manter a desaprovação das contas e a determinação de recolhimento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao Tesouro Nacional, nos termos do voto do Relator

9. PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS Nº 0603234-14.2022.6.09.0000

ORIGEM: GOIÂNIA - GO

RELATORA: JUÍZA MÔNICA CEZAR MORENO SENHORELOREQUERENTE: EDGAR DUARTE GOMES (ELEIÇÃO 2022 – DEPUTADO ESTADUAL)

ADVOGADOS: CAROLÍNE ANGELINA RESENDE – OAB/GO 25300-A

UBIRATAN XAVIER MAIA JÚNIOR – OAB/GO 32414

SUSTENTAÇÃO ORAL: O Procurador Regional Eleitoral, Doutor Célio Vieira da Silva, reiterou o parecer escrito pela desaprovação das contas do candidato requerente, com determinação de recolhimento do valor de R\$91,60 (noventa e um reais e sessenta centavos), ao Tesouro Nacional.

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, acolhendo o parecer ministerial, em APROVAR COM RESSALVAS AS CONTAS do então candidato EDGAR DUARTE GOMES, com fundamento no artigo 74, inciso II, da Resolução TSE n. 23.607/2019, e determinar o recolhimento do valor de R\$ 91,60 (noventa e um reais e sessenta centavos), ao Tesouro Nacional, nos termos do voto da Relatora.

10. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600097-87.2023.6.09.0000

ORIGEM: APARECIDA DE GOLÂNIA – GO

RELATOR: JUIZ LAUDO NATEL MATEUS

REQUERENTE: JUÍZO DA 132ª ZONA ELEITORAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA GO

INTERESSADA: PIERRINE LAURA MARINHO ROLLAND REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em INDEFERIR A INDICAÇÃO DA SERVIDORA EFETIVA PIERRINE LAURA MARINHO ROLLAND, para atuar como Oficial de Justiça na 132ª Zona Eleitoral de Aparecida de Goiânia/GO, com fundamento na Resolução TSE nº. 23.527/2017, que apenas permite a atuação, àqueles que não ocupem cargo de oficial de justiça de carreira, em caráter eventual e esporádico, na forma dos incisos II, III e IV do artigo 4º da citada norma, nos termos do voto do Relator, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

11. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600308-26.2023.6.09.0000

ORIGEM: PLANALTINA - GO

RELATOR: JUIZ LAUDO NATEL MATEUS

REQUERENTE: JUÍZO DA 044ª ZONA ELEITORAL DE PLANALTINA GO

INTERESSADA: ANDREIA COELHO DE REZENDE

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em DEFERIR A RENOVAÇÃO DA REQUISIÇÃO DA SERVIDORA ANDRÉIA COELHO DE REZENDE, para manter a força de trabalho na 44ª Zona Eleitoral, com sede em Planaltina/GO, no período de 13/11/2022 a 12/11/2023, com fundamento na Resolução TSE nº 23.523/2017, convalidando-se os atos praticados pela servidora até a data da comunicação do resultado do julgamento à Zona Eleitoral, nos termos do voto do Relator, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

12. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600254-60.2023.6.09.0000

ORIGEM: GOIÂNIA – GO

RELATOR: JUIZ LAUDO NATEL MATEUS

REQUERENTE: JUÍZO DA 001º ZONA ELEITORAL DE GOIÂNIA GO

INTERESSADA: DANIELLE ALMEIDA SANTOS DAMASCENO REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em INDEFERIR O PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA REQUISIÇÃO DA SERVIDORA DANIELLE ALMEIDA SANTOS DAMASCENO, com fulcro no artigo 6° da Resolução TSE n° 23.523/2017, nos termos do voto do Relator, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

13. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600105-64.2023.6.09.0000

ORIGEM: ľTABERAÍ – GO

RELATOR: JUIZ JULIANO TAVEIRA BERNARDES

REQUERENTE: JUÍZO DA 015ª ZONA ELEITORAL DE ITABERAÍ GO

INTERESSADO: CLAUDIO MATIAS ALVES

REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em DEFERIR A RENOVAÇÃO DA RECONDUÇÃO DE CLAUDIO MATIAS ALVES para atuar como oficial de justiça ad hoc na 015ª Zona Eleitoral de ITABERAÍ/GO, pelo período de dois anos, contados desde 20.12.2022 até 19.12.2023, na forma da exceção prevista no art. 1º, § 3º, da Resolução/TRE-GO nº 192/2012, nos termos do voto do Relator, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

Os dois processos seguintes, Processo Administrativo nº 0600219-03.2023.6.09.0000 e Processo Administrativo nº 0600301-34.2023.6.09.0000, foram julgados em bloco pelo Relator, Juiz Juliano Taveira Bernardes.

14. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600219-03.2023.6.09.0000

ORIGEM: BELA VISTA DE GOIÁS – GO

RELATOR: JUIZ JULIANO TAVEIRA BERNARDES

REQUERENTE: JUÍZO DA 032ª ZONA ELEITORAL DE BELA VISTA DE GOIÁS GO

INTERESSADA: TELMA CONCEICAO DE OLIVEIRA

INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em DEFERIR A RENOVAÇÃO DA REQUISIÇÃO DA SERVIDORA TELMA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA para atuar na 032ª Zona Eleitoral de Bela Vista de Goiás/GO, pelo período de 4/5/2023 a 3/5/2024, porquanto atendidas as exigências legais, a teor do disposto na Resolução/TSE n. 23.523/2017, convalidando-se os atos praticados pela servidora desde o encerramento do período anterior em 3/5/2023 até a data da

/12

comunicação do resultado do julgamento à Zona Eleitoral, nos termos do voto do Relator, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

15. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600301-34.2023.6.09.0000

ORIGEM: GOIÂNIA – GO

RELATOR: JUIZ JULIANO TAVEIRA BERNARDES

REQUERENTE: JUÍZO DA 002ª ZONA ELEITORAL DE GOIÂNIA GO

INTERESSADO: WHARLLEY FERNANDO COSTA

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em DEFERIR A RENOVAÇÃO DA REQUISIÇÃO DO SERVIDOR WHARLLEY FERNANDO COSTA para atuar na 002ª Zona Eleitoral de Goiânia, pelo período de 24/8/2023 a 23/8/2024, porquanto atendidas as exigências legais, a teor do disposto na Resolução/TSE nº 23.523/2017, nos termos do voto do Relator, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

16. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600236-39.2023.6.09.0000 ORIGEM: MINEIROS – GO

RELATORA: JUÍZA MÔNICA CEZAR MORENO SENHORELO REQUERENTE: JUÍZO DA 021ª ZONA ELEITORAL DE MINEIROS GO

INTERESSADA: KEILA CRISTINA RESENDE GARCIA REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em DEFERIR O PEDIDO DE 2ª RENOVAÇÃO DA REQUISIÇÃO NOMINAL DA SERVIDORA KEILA CRISTINA RESENDE GARCIA, pelo período de 9/4/2023 a 8/4/2024, com fundamento no artigo 2º, \$2º, da Lei nº 6.999/82 e no artigo 6º, \$1º, da Resolução TSE nº 23.523/2017, nos termos do voto da Relatora, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

17. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600234-69.2023.6.09.0000ORIGEM: GOIANÉSIA – GO

RELATORA: JUÍZA MÔNICA CEZAR MORENO SENHORELOREQUERENTE: JUÍZO DA 074º ZONA ELEITORAL DE GOIANÉSIA GO

INTERESSADA: LORENA DE JESUS SOUZA SILVA

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em INDEFERIR O PEDIDO DE

[/]13_/

RENOVAÇÃO DA REQUISIÇÃO DA SERVIDORA LORENA DE JESUS SOUZA SILVA, com fulcro no artigo 6º da Resolução TSE nº 23.523/2017, nos termos do voto da Relatora, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

Os dois processos seguintes, Processo Administrativo nº 0600235-54.2023.6.09.0000 e Processo Administrativo nº 0600223-40.2023.6.09.0000, foram julgados em bloco pelo Relator, Juiz Adenir Teixeira Peres Júnior.

18. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600235-54.2023.6.09.0000

ORIGEM: GOLÂNIA – GO

RELATOR: JUIZ ADENIR TEIXEIRA PERES JÚNIOR

REQUERENTE: JUÍZO DA 146ª ZONA ELEITORAL DE GOIÂNIA GO

INTERESSADA: ISABELA BORGES CARVALHO ALVARES REQUERIDO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em DEFERIR A REQUISIÇÃO DA SERVIDORA ISABELA BORGES CARVALHO ALVARES para atuar na 146ª Zona Eleitoral de Goiânia/GO, pelo período de 1 (um) ano, com fundamento na Resolução TSE nº 23.523/2017, nos termos do voto do Relator, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

19. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600223-40.2023.6.09.0000

ORIGEM: EDÉIA – GO

RELATOR: JUIZ ADENIR TEIXEIRA PERES JÚNIOR

REQUERENTE: JUÍZO DA 068ª ZONA ELEITORAL DE EDÉIA GO INTERESSADA: SABRINA PAULA DE ARAUJO LUZ

DECISÃO: ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, por unanimidade, em DEFERIR A REQUISIÇÃO DA SERVIDORA SABRINA PAULA DE ARAÚJO LUZ para atuar na 68ª Zona Eleitoral de Edéia/GO, pelo período de 1 (um) ano, com fundamento na Resolução TSE nº 23.523/2017, nos termos do voto do Relator, que foi acompanhado, também, pelo Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: encerrados os julgamentos dos processos da pauta do Sistema Processo Judicial Eletrônico — PJe, o Presidente da Corte, Excelentíssimo Senhor Desembargador Itaney Francisco Campos, submeteu ao referendo do Pleno a Portaria da Presidência n. 151, de 23 de maio de 2023, que institui a nova

composição de membros titulares e suplentes de magistrados e servidores do Comitê Gestor Regional de Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. O Tribunal Pleno, por unanimidade, aprovou a Portaria da Presidência n. 151, de 23 de maio de 2023, que institui a nova composição de membros titulares e suplentes de magistrados e servidores do Comitê Gestor Regional de Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

O Presidente da Corte também submeteu ao referendo do Pleno a Portaria da Presidência n. 155, de 29 de maio de 2023, que designa o Doutor Carlos Luiz Damacena para exercer a jurisdição eleitoral da 135ª Zona Eleitoral, de Goiânia/GO, no biênio de 1°.06.2023 a 31.05.2025. O Tribunal Pleno, por unanimidade, aprovou a Portaria da Presidência n. 155, de 29 de maio de 2023, que designa o Juiz Carlos Luiz Damacena para exercer a jurisdição eleitoral da 135ª Zona Eleitoral de Goiás, com sede em Goiânia/GO, no biênio de 1°.06.2023 a 31.05.2025.

Em seguida, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente informou que, no dia 02 de junho último, a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASEPA) entregou um relatório de atividades realizadas até o momento, que envolvem a análise dos processos de prestações de contas dos candidatos não eleitos nas Eleições 2022. De acordo com o relatório, o Tribunal tem um estoque de 1.228 (mil, duzentos e vinte e oito) processos de prestações de contas de candidatos não eleitos. Destes, 639 (seiscentos e trinta e nove) tiveram análise concluída pela ASEPA, com parecer conclusivo, o que corresponde a 52% do estoque. Restam, portanto, 48%, em que a parcela de 17% já tem relatório preliminar – portanto, já se encaminhando para julgamento –, e os 31% restantes estão aguardando análise. Há 42 (quarenta e dois) servidores envolvidos na atividade, inclusive compondo uma força-tarefa, que intensificou seus trabalhos a partir de março deste ano. O Presidente da Corte, Desembargador Itaney Francisco Campos, asseverou, assim, que tudo está dentro do cronograma e da razoabilidade.

Continuando, o Presidente da Corte relatou que a Doutora Ana Cláudia Veloso Magalhães, Juíza Membra, promoveu na presente data uma reunião com os juízes eleitorais, à qual também esteve presente. Declarou que, na ocasião, a magistrada emitiu orientações e comentários muito interessantes e objetivos, para que este Tribunal cumpra as metas postas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o que é um dever. A maioria dos juízes eleitorais participaram de forma *online*, e praticamente todos acompanharam a reunião, que ficou gravada, para acesso posterior. O Desembargador Itaney Francisco Campos cumprimentou a Doutora Ana Cláudia Veloso Magalhães, reconhecendo seu empenho para que o Tribunal obtenha o Selo Diamante, objetivo de todos os tribunais. Cumprimentou também a ASEPA pelo trabalho desenvolvido com a força-tarefa.

Tratando de outra matéria, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente revelou que o Assessor de Imprensa e Comunicação Social do TRE/GO, Brazilino Nunes

de Oliveira (Brazil), foi destaque na reunião do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, com a proposta de um painel informativo no formato B.I., e também pelo fato de ele ter contribuído para a campanha do Tribunal Superior Eleitoral relativa à acessibilidade, do qual foi "garoto propaganda". Na referida campanha, de âmbito nacional, o TSE estava empenhado em facilitar o acesso aos locais de votação. Em razão desses fatos, o Desembargador Itaney Francisco Campos cumprimentou o servidor Brazil por sua disponibilidade, esforço e entrega ao trabalho.

O Presidente da Corte lembrou a todos que, na presente semana, em razão do feriado de Corpus Christi, não haveria mais sessões, estando a próxima agendada para o dia 12 de junho de 2023, marcando inclusive o retorno do Juiz Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior. Assim, o Juiz Laudo Natel Mateus, que o substitui, não continuará atuando nas sessões. Por isso, o Presidente agradeceu ao Doutor Laudo pela gentil presença, participação e ensinamentos trazidos.

Quando o Presidente da Corte se encaminhava para encerrar a sessão, agradecendo aos Membros, ao Procurador Regional Eleitoral e aos servidores, indagou se alguém gostaria de fazer alguma comunicação. Nesse momento, o Juiz Adenir Teixeira Peres Júnior declarou que gostaria de informar que esteve em Anápolis na manhã do presente dia, para convidar os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo locais, e também representantes de instituições como o Conselho de Contabilidade e a Ordem dos Advogados do Brasil, para participarem da audiência pública – inclusive em cumprimento às metas do CNJ – que será realizada no âmbito do evento "Conversando com a Justiça Eleitoral", que ocorrerá na próxima semana naquela cidade. O Excelentíssimo Senhor Juiz Membro também parabenizou o Doutor Laudo Natel Mateus pelo tempo em que esteve atuando no Colegiado, sempre de forma alegre e ponderada, e desejou que retorne sempre que possível, para abrilhantar os trabalhos desta Corte. Ante a indagação do Desembargador Presidente, de quando ocorrerá o evento "Conversando com a Justiça Eleitoral", o Doutor Adenir Teixeira Peres Júnior respondeu que será no dia 14 de junho de 2023.

Em seguida, as Juízas Mônica Cezar Moreno Senhorelo e Ana Cláudia Veloso Magalhães também elogiaram e agradeceram ao Doutor Laudo Natel Mateus por sua participação na Corte.

Agradecendo por todos os cumprimentos, o Doutor Laudo Natel Mateus destacou a receptividade e a sensação de pertencimento. Disse que já tinha substituído o Doutor Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior no final de 2022, e o período de agora foi um pouco maior, mas em ambos obteve aprendizados, sendo que ombrear tamanha responsabilidade com mentes brilhantes é motivo de grande honra. Agradeceu aos Juízes Membros, ao Procurador Regional Eleitoral e a servidores deste Regional, citando esta Secretária de Sessões, Maurício Simplício do Nascimento, Leonardo Sapiência Santos e

Luiz Cláudio Pereira, que é seu primo (lotado na Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP).

Não havendo mais outras manifestações, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente desejou boa noite e bom feriado a todos.

Nada mais havendo a tratar, às 19:19 o Excelentíssimo Senhor FRANCISCO CAMPOS, declarou DESEMBARGADOR ITANEY Presidente, encerrada a 42ª Sessão Ordinária, que foi gravada em meio digital. E, para constar, eu, Maria Selma Teixeira, Secretária de Sessões, lavrei a presente Ata, que será aprovada em sessão posterior e assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS, GOIÂNIA (GO), 05 DE JUNHO DE 2023.

DESEMBARGADOR ITANEY FRANCISCO CAMPOS

PRÈSIDENTE